

Fotos Fernando Martinho/Repórter Brasil

As mãos do
piaçabeiro Jucileno
Neves Pacheco, 59



THAIS LAZZERI
DA REPÓRTER BRASIL

Muitos anos depois, diante do irmão caçula, Augusto Brasão, 60, tinha de recordar que ele, aos 12, trabalhava ao lado do pai no corte da palha de piaçaba para pagar dívidas aos patrões. Essa palmeira, cuja fibra é usada na confecção de vassouras, marcou a vida de Augusto, de seu irmão, de seu pai e de seu avô.

Há cem anos, as diferentes gerações da família Brasão vivem sob um expediente criminoso que mantém milhares de extrativistas de origem indígena no alto e médio rio Negro, no Amazonas. Eles vivem na comunidade Malalahá, a 12 horas de lancha rápida de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Até Manaus, a capital do Estado, são mais duas horas de voo.

Como no romance “Cem Anos de Solidão”, de Gabriel García Márquez, a vida dos piaçabeiros se repete em ciclos. Eles são submetidos a um modo de exploração em que o trabalho se confunde com pagamento de dívida.

A relação se baseia em um sistema de empréstimos fornecidos pelos patrões, nome dado aos comerciantes que controlam a produção. Pela comida suficiente para um mês de atividade, o patrão cobra cerca de R\$ 1.500 —alguns itens sofrem ágio de até 300% em relação a produtos similares vendidos na cidade. Já o quilo da piaçaba vale cerca de R\$ 2.

O trabalhador recebe apenas o que sobra (quando sobra), descontados os empréstimos para transporte, itens básicos de trabalho e o rancho (nome dado pela população local à alimentação).

Do total pago no final do mês, o empregador ainda desconta 20% por possíveis impurezas na palha. E, em alguns casos, pode tirar 10% pelo “aluguel” do local de trabalho, no caso daqueles que se declaram como donos da área.

“O objetivo é manter o piaçabeiro endividado e subordinado a vida inteira”, afirma o pesquisador Márcio Meira, ex-presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), que estudou o ciclo da servidão amazônica.

Os habitantes do rio Negro chamam esse sistema de avimento. Servidão por dívida é o nome oficial, segundo o Código Penal Brasileiro, de uma das formas de trabalho escravo contemporâneo.

‘OBRIGA A NADA’

Essas condições, no entan-

DÍVIDA DA PIAÇABA

Ciclo da extração de palha para fabricação de vassouras cria dependência trabalhista de ribeirinhos do Amazonas

to, são encaradas com naturalidade pelos piaçabeiros. Augusto, nesse sistema há 48 anos, diz ser livre e que trabalha quando quer. “Ninguém aqui me obriga a nada.” Naquele 28 de maio de 2017, ele e o irmão dedicavam-se para quitar a “dividazinha” de R\$ 800 com quase uma tonelada de piaçaba.

Cortar as folhas sob uma temperatura que bate os 30°C no outono e carregar, por vez, 60 kg nas costas é metade da jornada diária. Enquanto espera o cozido da anta que caçaram, Augusto explica que, por exigência do patrão, precisa cortar, pentear, aparar e amarrar as folhas da piaçaba em toras. “Mas a gente não é escravo, como falam por aí.”

Ações de combate ao trabalho análogo à escravidão já foram feitas naquela região. Em 2014, por exemplo, 13 piaçabeiros foram resgatados.

DÍVIDA

A economia da dívida foi implantada no rio Negro no ciclo da borracha. Um dos relatos do italiano Ermano Sradelvi, que em 1881 viajou pelas águas escuras do rio, diz que a dívida dava ao indígena —ainda hoje a maioria da população no Amazonas— o status de “civilizado”. Nas palavras do italiano, “o homem que não deve é gente que não tem valor.” O relato aparece em “Baré, Povo do Rio” (Edições Sesc).

Muitos piaçabeiros são os

primeiros a negar a condição de trabalho escravo. “O que acontece se ele denunciar? Como ele volta para casa sem nada? É uma armadilha”, disse Alexandre Arbex Valadares, pesquisador do Ipea. Para ele, depois de entrar, o trabalhador não tem outra opção a não ser sobreviver e pagar suas dívidas. No Brasil, segundo o IBGE, 1,5 milhão de pessoas não podem deixar o emprego por algum tipo de dívida.

QUEM MANDA

Na comunidade Malalahá, onde moram, quem manda é o patrão Edson Mara Mendonça, disseram piaçabeiros da região do alto rio Negro. Mas ele não é o único.

O comerciante Antonio Lacerda, descrito como o patrão forte dessa região da Amazônia, fez da comunidade Tapeira um depósito a céu aberto de toras de piaçaba. A dívida é estimulada por patrões, que vão até as comunidades em busca de piaçabeiros.

O baiano Jucileno Neves Pacheco, 59, devia R\$ 400 para outro, mas, com medo de represálias, preferiu não revelar o nome. “Tenho produto para pagar, mas preciso comprar gasolina e óleo dele para recolher as fibras.”

Desse modo, até mesmo para pagar a dívida, o trabalhador é obrigado a pegar um empréstimo. E ainda tem a fita, lembra Pacheco. O rolo de 300 metros usado para amar-



rar as folhas custa R\$ 400.

A amarração em toras facilita o transporte pelo patrão. “No começo, a gente achou que a fita era uma boa ideia, porque acreditava que ia ser doada [pelo patrão]. Mas não. Quando viram que dava lucro, ela foi chegando mais cara aqui para nós. E para a gente mesmo não tem nenhuma serventia”, contou Pacheco.

FAMÍLIA INTEIRA

Do piaçabeiro de olhos tristes Alberto Neres da Silva, 41, a servidão parece ter roubado a capacidade de reação. “Primeiro fui perdendo meus filhos”, disse, com ar tranqüilo, sobre história que deveria ser contada como é: tragédia.

Em épocas distintas de sua vida, e sempre no contexto da extração de piaçaba, ele perdeu três filhos. Todos mortos antes de completar um ano de vida devido às precariedades da vida nos piaçabais.

Como Neres, muitos levam a família inteira para os igarapés. Assim, reduzem os gastos com alimentação e evitam a distância durante três semanas por mês.

Dois deles adoeceram dentro de piaçabais e lá mesmo foram enterrados. Na primeira vez, o patrão não prestou socorro, conta Neres, sempre sem esboçar revolta. Na segunda, um gerente negou ajuda porque “o patrão não tinha dado ordem”. Na terceira vez, Neres chegou em tempo a uma comunidade. Quando o filho melhorou um pouco, o patrão o localizou e disse que a criança ficaria bem.

“Estava devendo e achei que aquilo era um aviso. Voltei para o igarapé e, com duas semanas lá, meu filho piorou. O patrão só conseguiu uma voadeira quando a criança já estava mais morta que viva.” A tatuagem no braço veio depois da terceira morte: “Deus ten (sic) poder eu tenho fé”.

Procurados pela reportagem, Mara e Lacerda não foram encontrados.

“Tenho produto [piaçaba a cortar] para pagar, mas preciso comprar gasolina e óleo dele [do patrão] para recolher as fibras

JUCILENO NEVES PACHECO, 59
piaçabeiro

O objetivo [do sistema] é manter o piaçabeiro endividado e subordinado a vida inteira

MÁRCIO MEIRA
pesquisador e ex-presidente da Funai



Augusto Brasão, 60, à esq., com seu irmão, em pausa no trabalho de corte da piaçaba na comunidade Malalahá, no AM

» LEIA MAIS em ‘Mercado’